ATIVIDADES – 9º ANO – GEOGRAFIA

Tema:

- 1) Leia os textos das páginas 104 a 108 do livro didático;
- 2) Elabore um fichamento textual (o modelo pode ser encontrado no site: https://www.todamateria.com.br/fichamento/) de cada um dos textos lidos; O fichamento pode conter citações do texto, mas é importante que você registre as ideias principais com as suas próprias palavras.

Caso tenha alguma dúvida, não se esqueça de registrá-la em seu caderno e enviá-la para o atendimento.

Neprodução proibida. Art. 184 do Código Perol e Lei 8.610 de 19 de fevereiro de 1998.

União Europeia

A União Europeia (UE) é um bloco formado por 28 países integrados economicamente, com atuação conjunta em diversas ações políticas e livre circulação de mercadorias e pessoas. Apesar da crise financeira, social e política que alguns de seus países-membros enfrentaram, principalmente desde 2008, esse bloco representa uma poderosa força econômica e política no cenário mundial.

Países integrantes da UE com economias mais frágeis e que haviam recebido pesados investimentos externos, como Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha, viram-se em sérias dificuldades para honrar seus compromissos financeiros. A instabilidade econômica criada gerou incertezas sobre a permanência de alguns desses países no bloco e sobre a coesão da própria União Europeia. Algumas dessas economias já se recuperaram ou estão em recuperação.

Em junho de 2016, o Reino Unido realizou um plebiscito para decidir se continuaria na União Europeia. O episódio ficou conhecido como Brexit, que vem das palavras em inglês *Britain* (Grã-Bretanha) e *exit* (saída). Com 52% dos votos, a população britânica optou pela saída da UE.



Bandeiras da União
Europeia em edifício
que abriga a sede da
Comissão Europeia
(órgão da UE), em
Bruxelas, Bélgica
(2017). A quantidade de
estrelas não se refere
ao número de países,
e sim aos ideais de
unidade, solidariedade e
harmonia entre os povos
europeus. O formato
de círculo significa a
unidade do bloco.

A ORIGEM DA UNIÃO EUROPEIA

A necessidade de estabilização política e econômica de uma Europa instável e debilitada após a Segunda Guerra Mundial foi o fator determinante da construção histórica da União Europeia (UE).

Em sua origem, esteve a Comunidade do Carvão e do Aço (Ceca), que em 1951 reuniu seis países europeus: a França, a Alemanha, a Itália e os integrantes do grupo chamado Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo). Em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma, a Ceca passou a denominar-se Comunidade Econômica Europeia (CEE) e previa a livre circulação de mercadorias, capitais, serviços e pessoas entre os países-membros. O objetivo era, posteriormente, transformar a CEE em um espaço de livre-comércio, com tarifas de importação unificadas.

A evolução do bloco econômico

Em 1973, incorporaram-se à Comunidade Econômica Europeia (CEE) o Reino Unido, a Irlanda e a Dinamarca; em 1981, a Grécia; e, em 1986, Espanha e Portugal. Nesse último ano, foi assinado o Ato Único Europeu, que assentou as bases de uma futura unidade política dos países do bloco.

Em 1992, com o Tratado de Maastricht, a CEE passou a se chamar União Europeia e fixaram-se os critérios para a adoção da futura moeda única pelos países-membros. Três anos depois, ingressaram no bloco a Áustria, a Suécia e a Finlândia. A Noruega chegou a negociar seu ingresso, mas preferiu não participar do bloco. Em 1999, surgiu o euro, moeda comum de doze dos quinze países-membros da UE; Dinamarca, Suécia e Reino Unido não o adotaram.



Assinatura do Tratado de Maastricht, em Maastricht, nos Países Baixos, em 1992.

A possível entrada da Turquia na União Europeia

Caso já pertencesse à UE, a Turquia seria o único país do bloco de maioria muçulmana e com território majoritariamente localizado na Ásia. Uma das principais dificuldades para a entrada da Turquia na UE é o fato de ocupar a parte norte da ilha de Chipre, membro do bloco desde 2004.

Outros empecilhos são:

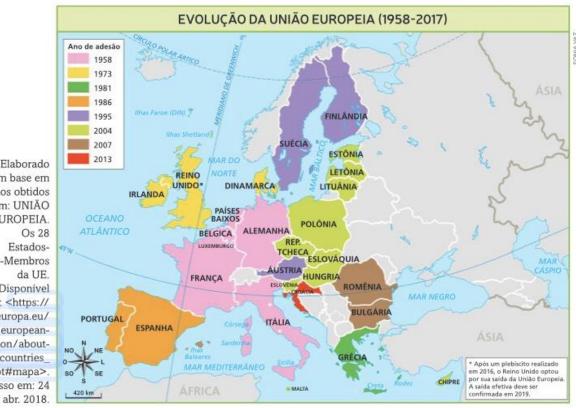
- o regime turco n\u00e3o garante suficiente proteção aos direitos humanos;
- exceto a parte europeia e a do litoral do mar Egeu, todo o restante do território turco apresenta índices econômicos e sociais muito baixos.

Mais doze países

Em 2004, a UE incorporou dez novos países do leste e do sul da Europa: Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia, Hungria, Malta e Chipre. Bulgária e Romênia ingressaram formalmente no bloco em 2007 (ver o mapa desta página). Os países candidatos a ingressar na UE até o início de 2018 eram Turquia, Macedônia, Albânia, Sérvia e Montenegro. Em referendo realizado em janeiro de 2012, a população croata aprovou, com 66% dos votos favoráveis, a entrada da ex-república iugoslava na UE. A integração da Croácia ocorreu em 1º de julho de 2013.

Ainda em 2004, foi redigido um texto que deveria ser a Constituição da UE. Porém, a reprovação nos referendos sobre a Constituição realizados na França e nos Países Baixos em 2005 deixou em suspenso sua aplicação.

Para ingressar no bloco, os candidatos precisam atender a três condições básicas: ter uma economia desenvolvida, manter um regime político democrático que respeite os direitos humanos e aceitar a legislação da UE.



Elaborado com base em dados obtidos em: UNIÃO EUROPEIA. Estados--Membros da UE. Disponível em: <https:// europa.eu/ europeanunion/abouteu/countries pt#mapa>. Acesso em: 24

POLÍTICAS SOCIAIS DA UNIÃO EUROPEIA

Os países-membros da União Europeia desenvolveram um sistema de proteção social que, apesar de questionado por seu elevado custo, tem garantido aos cidadãos um padrão de vida elevado e diminuído as desigualdades sociais nesses países.

O Estado de bem-estar social

Alguns países europeus desenvolveram um sistema de proteção social conhecido como "Estado de bem-estar social" (Welfare State). Outras denominações são "Estado-previdência" e "Estado social de direito". Seguro-desemprego, previdência social, sistemas públicos de saúde e educação eficientes, crédito acessível para a compra de imóveis, atendimento a pessoas idosas e políticas de integração de pessoas com deficiência são exemplos das políticas de proteção social típicas desses países.

As despesas com a previdência social são pagas pelas administrações públicas, por empresas e também por cotas individuais e familiares. O maior montante é destinado a aposentadorias e despesas sanitárias e educativas. Com as altas taxas de desemprego atuais, os países europeus que adotam esse sistema têm empreendido esforços para assegurar maior assistência aos desempregados. Outro tipo de proteção social praticado é o rendimento mínimo garantido aos cidadãos mais desfavorecidos, proporcionando-lhes condições de vida minimamente dignas.

A crise do modelo social europeu

Há mais de uma década esse modelo social passa por dificuldades em razão do baixíssimo crescimento demográfico no continente. Os europeus vivem cada vez mais, e não nascem crianças em número suficiente para equilibrar o crescimento vegetativo. Desse modo, os governos são obrigados a destinar mais recursos aos gastos sociais, e as receitas da previdência social diminuem. As elevadas taxas de desemprego dificultam a adoção de políticas mais favoráveis à imigração. Os imigrantes que entram na UE muitas vezes são forçados a viver na clandestinidade.

A população idosa na Europa tende a crescer cada vez mais. Essa é uma das preocupações dos governos europeus, pois os recursos obtidos com a população jovem e economicamente ativa não são suficientes para cobrir os custos de aposentadorias e saúde daquela faixa etária. Na fotografia, idosos jogando cartas em mesa ao ar livre em Lisboa, Portugal (2014).



Prioridades das políticas sociais

Entre as preocupações sociais europeias, há duas de grande impacto para a população: o desemprego e a falta de segurança.

Desemprego

Assim como as demais regiões desenvolvidas do mundo capitalista, os países da Europa Ocidental vivem um intenso processo de incorporação de novas tecnologias em praticamente todos os setores de atividade econômica. Esse processo gera demanda de investimentos em equipamentos e tecnologia por parte das empresas e agrava o desemprego.

A pressão da população sobre autoridades e empresas públicas para diminuir o desemprego nos países europeus é muito grande (observe a fotografia a seguir).



Manifestantes protestam contra o congelamento de salários de servidores públicos e a proposta de extinguir cerca de 120 mil empregos públicos, em Paris, França (2017).

Segurança pública

A segurança pública tem sido cada vez mais relevante no conjunto de preocupações sociais da Europa. Ainda que as taxas de criminalidade no continente sejam baixas em comparação com as da América Latina ou da África, a segurança pública preocupa a população. A crescente disponibilidade de armas de pequeno porte, vindas, sobretudo, de países da Europa Oriental — entre eles os da ex-lugoslávia e da Albânia — tem contribuído para o aumento da violência. Na França, pesquisas de opinião pública mostram que a população considera o problema da segurança mais importante que a questão do desemprego. As mais diversas formas de violência, incluindo atentados terroristas, têm apresentado crescimento nas estatísticas dos órgãos policiais e da Justiça. Além disso, a falta de perspectiva de futuro, por causa do desemprego, e a presença de imigrantes clandestinos favorecem o crescimento da extrema direita, com posturas xenófobas e contrárias à própria União Europeia.